

## CAPÍTULO 40

# Governo Temer: o início do esvaziamento estratégico da política externa brasileira (2016-2018)

*Maria Eduarda Xavier Vilella*

### Resumo

Ao longo da história da diplomacia brasileira foi desenvolvido os padrões de conduta, que são fundamentais para a compreensão da formulação e das ações externas do país em diferentes governos. Partindo deles, é possível traçar uma linha de continuidade ou ruptura com a alteração de governo. Dessa forma, a questão central pesquisa é entender como o governo de Michel Temer (2016-2018) apresentou semelhanças e diferenças com o anterior. Os objetivos específicos configuram-se na compreensão dos conceitos neoliberalismo, neodesenvolvimentismo e das diretrizes propostas pelos ministros do Ministério de Relações Exteriores, bem como na identificação das ações externas para a África, América, Ásia e Europa, no período de 12 de maio de 2016 a 31 de dezembro de 2018. Ao identificar essas questões, essa pesquisa trabalhou com a hipótese de que a transição do governo acerretou para a política externa brasileira um esvaziamento (ausência) de estratégia tanto para com as características quanto para as relações do Brasil.

**Palavras-chave:** governo Temer; política externa brasileira; impeachment; Dilma Rousseff.

### 1. Introdução

Os padrões de conduta da diplomacia brasileira foram desenvolvidos ao longo da história do país e vem sendo relevados como uma ferramenta fundamental para a compreensão das ações e das formulações da política externa. A partir deles, é possível identificar as oscilações de atividades na esfera internacional com a ascensão ou queda de um governo, como também realizar comparações. Essa sistematização é fruto de uma análise histórica detalhista, por onde

conseguiu-se traçar características lineares que surgiram no decorrer da inserção do Brasil no Sistema Internacional. Dessa forma, vemos como a área de Relações Internacionais (Ciências Sociais Aplicadas) está diretamente ligada a História (Ciências Humanas), sendo aliadas para analisar uma conjuntura de política externa. Portanto, para compreender tais padrões teorizados é fundamental diagnosticar as razões por trás da formulação e das ações da política externa brasileira propriamente ditas.

Conforme Cervo (2003), a diplomacia do Brasil sofreu uma mudança a partir de 2003, reorientando formulações, ações e estratégias no plano internacional, visando atingir os objetivos nacionais. Já para Vizentini (2015), essa alteração começou em 1961 com a proposição e atividades da PEI, também realçando os interesses do país. Dessa forma, para esses dois autores, a diplomacia brasileira recebeu uma nova roupagem, mais especificamente, com a entrada de um novo governo, apresentando o Brasil como mais ativo, independente e voltado para os interesses nacionais quando comparado com determinados momentos históricos do país. A partir dessas teorizações, se levanta, em meio a alteração de governo, a questão de oscilações destas características com relação a política externa do Brasil.

Dessa forma, esse estudo tem por problema de pesquisa entender as semelhanças e diferenças das ações externas do país a partir da troca de presidentes, já que isso tem impacto nos elementos domésticos e internacionais. O foco dessa pesquisa mais precisamente é a alteração do grupo político à frente do Poder Executivo, em 2016, o qual apresentou novos dirigentes, formuladores e forças de pressão. Essa pesquisa constitui-se como fundamental, já que assim como foi necessário recorrer a revisão de fontes materiais históricas para determinar os padrões de conduta, para compreender o período no qual a política externa atravessa é indispensável recuar temporalmente para

identificar as raízes que envolve as questões atuais. Dessa forma, o nosso objeto consiste no mandato do governo de Michel Temer de 2016 a 2018.

O objetivo central dessa pesquisa é compreender como se deu a política externa durante o governo de Temer à luz do acumulado histórico da diplomacia brasileira. Os objetivos específicos são: i) entender como a mudança de governo esteve ligada a conceitos como “neodesenvolvimentismo” e “neoliberalismo”; ii) identificar as novas diretrizes da política externa durante o período; iii) analisar as principais ações realizadas via diplomacia para as regiões da África, América, Ásia e Europa no recorte de 12 de maio de 2016 a 31 de dezembro de 2018. Com essas questões, trabalhou-se com hipótese de que a transição do governo considerado neodesenvolvimentista para o neoliberal trouxe para a política externa um esvaziamento (ausência) de estratégias para com as relações do Brasil.

A título de esclarecimento sobre a abordagem metodológica, utilizou-se para a formulação tanto dos objetivos quanto da hipótese o método hipotético-dedutivo. A natureza dessa pesquisa é básica com caráter descritivo, explicativo e qualitativo. Realizou-se também uma consulta as revisões bibliográficas das principais teorizações sobre a política externa do Brasil, como também um levantamento de literatura contemporânea de análise do período publicado em revistas, periódicos e livros, bem como a utilização de fontes primárias encontradas em jornais e sites oficiais, como parte da análise documental. Buscando encaminhar tais argumentações, dividiu-se essa pesquisa em seções. A primeira trabalha sobre as abordagens teóricas utilizadas. A segunda é um recuo ao período que antecede a saída de Dilma da presidência. A terceira é trata sobre das diretrizes e ações da política externa do governo de Michel Temer.

## 2. Abordagens teóricas

A análise da política externa tanto para a academia quanto para seus formuladores é uma fonte de ensinamentos históricos que, se observados, podem contribuir para elaboração de políticas visando a maximização dos interesses nacionais. Partindo dela, é possível verificar que ao longo da história diplomática, a inserção do Brasil não seguiu uma lógica linear baseada nos objetivos nacionais, mas sim de seus dirigentes, sendo muito condicionada com a figura à frente do Poder Executivo e dos grupos de interesses que o cercavam (CERVO, 2003; VIZENTINI 2015). Portanto, a queda ou ascensão de um governo tem reflexos na política interna e, conseqüentemente, na externa. Tendo por base essa questão e a determinação dos fatores internos na política externa do país, essa pesquisa se debruçou em revisar quatro bibliografias especializadas que são pertinentes a esse objeto de estudo.

A primeira é a obra “Diplomacia e Política Doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis” de Robert Putnam (2010), que apresenta a discussão do comportamento do Estado no ambiente doméstico e internacional, buscando a compreensão de quem determina quem. Para o autor, os grupos domésticos são essencial para entender e justificar o que é chamado pelo de “conjunto de vitórias” e “defecção” na esfera internacional. Logo, tais elementos da política interna como os partidos, as classes sociais, os grupos de interesse e a opinião são determinantes na condução e nas ações da política externa. Desse modo, o comportamento de grupos domésticos e a ascensão de um novo governo representam modificações significativas para o nível externo. Portanto, Putnam (2010) torna-se necessário para identificação e determinação desses fatores na política externa.

Para conceitualização das ações exteriores do governo Temer, recorreu-se a periodizações realizadas acerca da política externa do

Brasil, como Cervo (2003) e Vizentini (2015). Com Amado Cervo utilizou-se a obra de 2003 intitulada “Política Exterior e Relações Internacionais do Brasil: enfoque paradigmático”, dedicada a investigar os paradigmas desenvolvidos pelo Brasil através de sua atuação no cenário internacional. Seu foco é nas relações diplomáticas, políticas e entre Estados, o que produziu quatro paradigmas, sendo eles: liberal-conservador (1810 – 1930); o Estado desenvolvimentista (1930 – 1989); o Estado normal (1990 – 2002); e o Estado logístico (2003 - ). Com eles, é possível compreender as características das ações propriamente ditas de cada período, bem como o pensamento por trás de quem estas formulava. Portanto, conforme Cervo (2003), a partir 2003 a política externa brasileira retornou para o objetivo de realização do desenvolvimento nacional interno, com o Estado assumindo um papel logístico com os setores públicos e privados.

Já com Paulo Vizentini utilizou-se obra “O Brasil e a História das Relações Internacionais” de 2015, que trata da periodização com foco de análise em duas questões: quem formula a política externa e como essa se relaciona com a política interna. O autor constatou três momentos da história da diplomacia brasileira, sendo eles: a unilateralidade durante a colonização portuguesa e a hegemonia inglesa (1494 – 1902); a unilateralidade sob hegemonia norte-americana (1902 – 1961); e a multilateralidade durante o desgaste da hegemonia no sistema mundial (1961 -). Com essa obra, encontra-se o fundamento da multilateralidade, sendo voltadas para atender os interesses domésticos do país e reduzir as assimetrias do Sistema Internacional. Dessa forma, com Vizentini (2015), é possível analisar o porquê da escolha de relações com blocos e organizações internacionais, como também determinados posicionamentos dentro deles.

Por fim, a quarta obra utilizada também foi escrita por Cervo, em 2008, faz uma espécie de conversa com a obra de 2003, que tem por título “Inserção Internacional: formação dos conceitos brasi-

leiros” e traz a caracterização dos padrões de conduta, o acumulado histórico da diplomacia brasileira. Sendo estes: autodeterminação, não intervenção e solução pacífica de controvérsias; juridicismo; multilateralismo normativo; ação externa cooperativa e não confrontacionista; parcerias estratégicas; realismo e pragmatismo; cordialidade oficial no trato com os vizinhos; desenvolvimento como vetor; e independência de inserção internacional. Com esses conceitos de Cervo (2008), essa pesquisa buscou compreender quando e como a condução da política externa de Temer se aproximou ou afastou dos padrões de conduta.

Portanto, essas são as bases teóricas trabalhadas para a elaboração dessa pesquisa sendo utilizadas para analisar e compreender como se deu e foi formulada a política externa do objeto de estudo. Com Cervo (2003) e Vizentini (2015) obteve-se as abordagens históricas da atuação internacional do Brasil em diferentes períodos. Já com Putnam (2010), conseguiu-se verificar o grau de influência do âmbito doméstico no internacional e a preponderância dos determinantes internos na posição do país nas questões mundiais. E, por fim, Cervo (2008) contribuiu para que a perspectiva dessa pesquisa se orientasse por uma caracterização de condutas históricas da política externa brasileira. Essa pesquisa também utilizou outras bibliografias como Pinheiro-Machado (2019), Junior (2018), Reis (2014), Randig (2017) e Oliveira e Mallmann (2019) como forma de compreender o cenário contemporâneo seja da política interna ou da externa.

### 3. A configuração do impeachment

O governo de Michel Temer iniciou com a abertura do processo de impeachment contra Dilma Rousseff, o qual o colocou interinamente como presidente do Brasil até a conclusão do mesmo. Antes de adentrar nas questões relativas ao seu mandato, é preciso entender o

cenário nacional e internacional no qual Dilma chegou a presidência e sustentou-se até meados de 2016. O primeiro conceito que necessita ser analisado é de neoliberalismo, já que foi esse o fator determinante para a ascensão e manutenção de governos de esquerdas a partir do início do século XXI, como também a saída da presidenta com o impeachment. Utiliza-se a definição de Junior (2018) sobre o neoliberalismo, sendo este

Emergindo num cenário de esgotamento do crescimento keynesiano do pós-guerra e retomando teses do pensamento econômico neoclássico, consistiu numa ofensiva do capital sobre o trabalho para recompor a taxa de lucro. Reestruturou o mundo da produção, do consumo e das finanças acentuando a competição global por aumentos de produtividade desvinculados do salário, o que generalizou a precarização do trabalho. No plano político, desmantelou empresas públicas, aboliu regulamentações do Estado sobre a economia e solapou políticas de redistribuição de renda (JUNIOR, p. 669, 2018).

As concepções liberais no interior das sociedades se deu também pela globalização, a qual pelo livre trânsito de pessoas, mercadorias e serviços permitiu com que houvesse o regaste de questões tidas como de desburocratização e maximização de ganhos. Logo, o neoliberalismo passou a ser defendido e implementado, principalmente, pelas grandes potências, afim de promover o desenvolvimento de seus países e de suas empresas.

Todavia, esse pensamento político-econômico foi alvo de oposição e também de crise, revelando suas fraquezas no decorrer do século XXI. A primeira delas, foi o que Pinheiro Machado (2019) elenca como “fraquejada do touro”, sendo a figura do touro usada para ilustrar a quebra do setor imobiliário de Nova York, em 2008. Essa foi a primeira expressão de que a implementação de políticas com a participação mínima do Estado acarreta de tempos em tempos em desequilíbrios econômicos e sociais. A segunda crise foi com a Primavera Árabe, iniciada em 2011, que, segundo Pinheiro Machado (2019),

foi uma reação da esquerda a crise do neoliberalismo, promovendo “grandes manifestações que reinventaram o mundo nos protestos, dando origem às ocupações”. Nesse sentido, surge o outro conceito também trabalhado nessa pesquisa, o neodesenvolvimentismo.

Tendo mostrado os limites e as incapacidades do neoliberalismo, para muitos, esse regime não era mais possível, porém a estrutura do desenvolvimentismo do século XX também não atendia os desejos dos grupos sociais. Portanto, havia-se a necessidade assim como do liberalismo de reformulação para que assim fosse cabível ao cenário vigente. É sobre esse contexto que, conforme Junior (2018), o neodesenvolvimentismo se propõe a

Incorporar maior regulamentação estatal ao capitalismo neoliberal para estabilizar seu funcionamento, retomando a ideia de crescimento mediante um processo de catch up, que copia tecnologias avançadas de outras economias. Políticas estatais atuariam para diminuir o abismo tecnológico perante outras regiões (JUNIOR, p. 671, 2018).

Dessa forma, o neodesenvolvimentismo surge como uma oposição ao neoliberalismo, já que esse havia demonstrando suas insuficiências, principalmente, para as áreas sociais. Portanto, o Estado abandona a roupagem minimizadora adquirida no final do século XX e volta a concentrar-se em promover o desenvolvimento por vias de políticas, econômicas e sociais.

É sob o ambiente de crise do neoliberalismo e ascensão em diferentes países do modelo neodesenvolvimentista que Dilma é eleita, em 2011, tendo por característica eleitoral dar prosseguimento as políticas adotadas por seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva. O ambiente interno de seu primeiro governo era de início de uma polarização com eventos identificados por Pinheiro – Machado (2019), como o aumento de passagens do ônibus (2013), escândalos do mensalão, a manutenção de sediar a Copa do Mundo de 2014 e



o surgimento da Operação Lava Jato. Tai fatores conduziram a uma crise de governabilidade, levando a uma vitória apertadíssima do seu segundo governo, em 2014.

O segundo mandato de Dilma mostrou-se mais difícil que o primeiro, com acentuação de rivalidade entre partidos e movimentos sociais como, por exemplo, antigos aliados tornando-se oposição. Nas ruas as pessoas saíam e demonstravam insatisfação, compondo um grupo heterogêneo de manifestantes, logo as políticas internas e externas implementadas por Lula não conseguiriam serem adotadas por Dilma. Segundo Reis (2014), essas expressões tinham objetivos confusos, que embora marcados por caráter democrático tinham por trás “disposição antipolítica, antipartidária e antiinstitucional”. É sob esse cenário complicado para o Executivo que a oposição encontrou um ambiente propício para a disseminação de ideias políticas na esfera nacional, aumentando as tensões no Legislativo, levando a perda de forças do governo da sua própria base aliada, com a figura do vice-presidente da República.

Michel Temer foi um vice-presidente, particularmente, tímido, mas que foi a peça fundamental para o afastamento da presidenta. Sua presença na política interna foi marcada com a publicação de uma carta em tom de desabafo, manifestando sua insatisfação com Dilma. Um dos pontos escritos por Temer, onde é expresso seu descontentamento, diz

Passei os quatro primeiros anos de governo como vice decorativo. A Senhora sabe disso. Perdi todo protagonismo político que tivera no passado e que poderia ter sido usado pelo governo. Só era chamado para resolver as votações do PMDB e as crises políticas. Jamais eu ou o PMDB fomos chamados para discutir formulações econômicas ou políticas do país; éramos meros acessórios, secundários, subsidiários (SADI, 2015).

Esse ambiente instável não seria sustentado por muito tempo, já que a própria coalização do PT e o até então PMDB apresentava publicamente a divergência de adoção e condução de políticas. Além disso, havia os elementos secundários, que ascendiam em meio a instabilidade, tais como o MBL, a mídia, como a Rede Globo, a figura política de Aécio Neves e Jair Bolsonaro, bem como a formação de novas alianças partidárias, como o PSDB e o PMDB. Sob esse cenário de manifestações, rachaduras no Executivo e perda de apoio na Câmara dos Deputados, que o Senado Federal votou pela abertura do processo de impeachment contra Dilma, em 12 de maio de 2016, interrompendo seu mandato. Desse modo, o governo do partido do PT que estava à frente do Executivo desde 2003 tem uma queda, representando modificações na política interna e na externa, o que Putnam (2010) elenca como a determinação dos fatores domésticos no cenário internacional.

#### 4. Governo Michel Temer

O governo de Michel Temer inicia em 12 de maio de 2016 de forma interina e em 31 de agosto do mesmo ano, de forma definitiva, após o término do trâmite do processo de impeachment. Se analisarmos as posses presidenciais desde a redemocratização do Brasil, a maioria foram regulares com a tradição histórica da troca da faixa presidencial do atual presidente para o eleito, marcadas pelo cerimonialismo e simbolismo. Dessa forma a de Temer se diferenciou das demais, já que se tratou de um vice assumindo a presidência. Essa pode ser comparada com a posse de Itamar Franco, vice-presidente que assumiu após o processo de impeachment de Fernando Collor. Assim, no empossamento de Temer, a tradição histórica presidencial não ocorreu, já que não houve trocas de faixas, nem presença de chefes de Estados e mesmo após a conclusão do processo, muitos países ficaram receosos em declarar oficialmente apoio ao novo presidente.

Para analisarmos os grupos hegemônicos que sustentaram e fizeram pressão no âmbito doméstico, recorreremos a duas abordagens teóricas. Para Vizentini (2015), para uma “análise da política externa, emergem duas questões de fundamental importância: em primeiro lugar, quem a formula, e, em segundo, de que forma que ela se articula à política interna”. Enquanto Vizentini (2015) trabalha com a questão material, dos interesses por trás da formulação da política externa, Cervo (2003) traz a noção da importância de se identificar a ideologia presente no meio político do momento histórico analisado, por onde é possível justificar as ações exercidas por quem a formula. Partindo disso, antes do desenvolvimento da atuação do Brasil no Sistema Internacional, é necessário identificar quais foram os atores e os grupos internos que exerceram influência na formulação e conduta da política externa.

Ao recorreremos ao período anterior ao início do processo de impeachment de Dilma, mais precisamente ao ano de 2013, encontramos indícios de quem era a oposição ao governo petista e quem daria a sustentação ao próximo governo. A antropóloga Rosana Pinheiro Machado (2019) chama atenção ao papel dos movimentos políticos e sociais, analisando alguns eventos que levaram à mudança dos grupos políticos no Executivo e Legislativo. A autora cita alguns eventos como a Jornadas de Junho de 2013, oriunda da indignação popular com o aumento de passagens nos transportes público, denominada, por ela, como “Revolta dos 20 centavos”. Outro evento denominado pela autora, é a “Revolta do Rolê”, sendo essa “uma reação das camadas médias brancas ao novo país em que, de maneira tímida, pobres e pretos começaram a ocupar lugares que desejavam”. Dessa forma, esses dois movimentos que ocorreram num período de tempo muito próximo, levaram uma grande disputa política, conhecida popularmente e coloquialmente como entre “coxinhas” e “mortadelas” (MACHADO, 2019).

Quanto os partidos políticos desse período, podemos identificar tanto partidos como algumas lideranças políticas, como Aécio Neves (PSDB), adversário de Dilma durante as eleições de 2014 e que foi a principal oposição ao governo do PT, tecendo, participando de manifestações contra a presidenta e responsável por formar a base aliada no Congresso e no Senado em prol da aprovação do relatório do afastamento da mesma. Já os partidos, podemos identificar o PSDB, os partidos do centrão - DEM, PP, PR, PRB, PPS, Solidariedade, PSB, PTB, PTN (atual Podemos) – e o PMDB (atual MDB) como parte dessa base, compondo os votos favoráveis à abertura do processo de impeachment e cassação do mandato da petista.

Foram esses os movimentos sociais e partidos políticos que assumiram posição de apoio à saída de Dilma, sustentando o processo de impeachment e, conseqüentemente, inclinando para receber indicações para composição do novo governo. Assim, ao assumir o cargo, Temer seguiu a linha político-ideológica de quem o apoiou, realizando nomeações ministeriais a esses grupos políticos. Dessa forma, líderes políticos importantes receberam a chefia de vários Ministérios de seu governo, como José Serra, liderança do PSDB, que foi nomeado para a chefia do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

#### 4.1. Diretrizes da política externa brasileira

Para Putnam (2010), dentro da esfera doméstica existe a “luta política”, por onde os grupos internos acabam por exercer determinadas pressões para que os dirigentes estatais realizem seus interesses. Essa concepção pode ser facilmente aplicada na escolha de Serra para chefiar o MRE, já que isso fez com que a tradição da nomeação até então exercida pelos presidentes anteriores fosse alterada, demonstrando a pressão de um grupo na decisão presidencial. A modificação ocorreu porque desde o processo de redemocratização o

cargo era ocupado por diplomatas de carreira, ainda que a função seja política, prevalecendo a tecnicidade que requer as atividades ministeriais. Dessa forma, provoca-se o questionamento sobre a forma de condução da pasta, visto que Serra é um político filiado e, no período, estava diretamente relacionado a esses partidos políticos. Com isso, emerge-se sobre a política externa a incógnita da influência exercida pela base aliada na formulação e condução das ações exteriores do país durante o governo Temer, já que o Ministério foi ocupado por um político aliado e não por um diplomata de carreira.

Na cerimônia de posse de Serra, em maio de 2016, seu discurso definiu suas diretrizes, comprometendo-se em prática durante sua direção do MRE. A primeira delas, Serra destaca o novo papel que o Ministério terá em sua gestão, sendo

A diplomacia voltará a refletir de modo transparente e intransigente os legítimos valores da sociedade brasileira e os interesses de sua economia, a serviço do Brasil como um todo e não mais das conveniências e preferências ideológicas de um partido político e de seus aliados no exterior” (BRASIL, 2016).

Com esse trecho, é possível identificar a preocupação do governo em alterar a maneira da condução do Ministério. Subentende-se que as ações e as diretrizes da política externa dos governos anteriores não estavam em conformidade com o que o novo governo tinha por objetivo. Outra questão levantada pelo ministro foi sobre a preservação ambiental, comprometendo-se a desempenhar o “papel proativo e pioneiro nas negociações sobre mudança do clima e desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 2016). Com isso, há uma demonstração clara que a atuação do MRE estava alinhada com Ministério do Meio Ambiente, demonstrando a busca pela defesa e construção de caminhos para alterar questões que afetam negativamente a natureza. Assim, o tema meio ambiente e desenvolvimento, que,

para muitos, é inconciliável, para governo de Temer se apresenta quase como uma meta, sendo exposto já nas diretrizes.

Dessa forma, é evidente que os padrões de conduta de Cervo (2008) não foram abandonados nas diretrizes do MRE durante o governo Temer, mas sim colocados em evidência. Além disso, esses princípios foram enfatizados muitas vezes durante o discurso de Serra de forma indireta, como, na valorização do juridicismo ao afirmar a responsabilidade para com as obrigações firmadas através de tratados; a importância do multilateralismo, ao possibilitar a realização dos interesses nacionais e a integração com outros Estados; com a definição das parcerias estratégicas colocando a Argentina e os países asiáticos como regiões prioritárias; ao propor ações de caráter mais realista e pragmática, afastando de vieses ideológicos; e, por fim, no desejo de uma inserção independente e não subordinada a interesses das grandes forças do Sistema Internacional.

Em fevereiro de 2017, Serra pediu demissão do cargo por problemas de saúde. Com isso, o cargo ficou vago durante 13 dias até Temer anunciar o político do PSDB, Aloysio Nunes, para assumir o Ministério. Dessa forma, em março, Aloysio tomou posse, sendo novamente expresso, através da nomeação, a preocupação do governo em nomear pessoas que apoiaram seu ingresso e não seguir a nomeação de pessoas ligadas ao âmbito diplomático. Assim, mais uma vez o cargo de chanceler não foi ocupado por diplomata de carreira, afastando novamente a tradição brasileira de nomeação para essa função.

Em sua posse, Aloysio saudou a condução realizada pela gestão de Serra e deixou implícito a ideia defendida por Putnam (2010) sobre a interligação da política interna com a externa, ao se referir a sua relação pessoal com o Aécio Neves, demonstrando a conexão de seu relacionamento político com a sua nomeação ao cargo de ministro. Para ele, essa correlação está presente nos “debates, na

imprensa, no Congresso, onde quer que se reunissem eleitores nessa campanha apaixonante, despontava sempre a discussão sobre temas que, a rigor, dizem respeito à política externa” (BRASIL, 2017). Portanto, é perceptível que sua nomeação, assim como a de Serra, foi condicionada não pela experiência ou pela capacidade técnica a se desenvolver, mas pela questão da pressão dos grupos de interesse ao governo.

Em síntese, o novo chanceler reafirmou as diretrizes formuladas por Serra, defendendo a mesma dinâmica, se diferenciou apenas ao deixar claro a determinação das pressões internas do país nas ações da política externa, chegando a ficar explícito essa questão ao citar, por diversas vezes, sua ligação pessoal com determinados grupos políticos domésticos do país. Assim, ainda que haja a menção que “política externa tem que estar a serviço do País e não dos objetivos de um partido, qualquer que seja ele” (BRASIL, 2017), é possível identificar uma divergência com a prática, visto que o seu posto no governo só se deu por causa da relação de proximidade com o presidente e também como forma de garantir que as ambições de seu partido fossem efetivamente alcançadas.

Portanto, após compreender os principais compromissos do governo de Temer para com a política externa, passemos a entender como se deu as ações exteriores. Também há que se ressaltar que, para isso, deve-se ter em mente a questão trabalhada por Putnam (2010) e também proferida por Aloysio sobre a influência dos grupos políticos entorno do presidente e do MRE. Dessa forma, a análise das ações foi feita através da divisão por continente, de modo a proporcionar um melhor entendimento do relacionamento ou ausência deste com cada região.

## 4.2. América

Desde a inserção do Brasil como nação independente no Sistema Internacional, foi instituída a primazia das relações com países americanos, mesmo que não institucionalizada. A explicação se encontra nos laços culturais e sociais que esses compartilham entre si. Os Estados Unidos, por exemplo, foi o primeiro país a reconhecer a Independência do Brasil, em 1824, embora essa questão divida opiniões de autores, como o autor Randig (2017), que defende que a Argentina assumiu primeiro essa função, ao observar os registros oficiais do Itamaraty. Ainda que haja essas controvérsias da literatura, é consenso sobre a posição prioritária dos países do continente sobre a política externa brasileira, como ficou expresso na Constituição Federal de 1988. Todavia, é sabido através do estudo da história da política externa brasileira que embora haja essas relações mais próximas, nem sempre foi assim, já que houve confrontos diretos e divergências políticas bem acentuadas entre eles (CERVO; BUENO, 2011).

Foi durante o século XX que o relacionamento entre esses países se tornou mais propenso à integração e menos beligerante, por exemplo, na década de 1950, onde os governos de Juscelino Kubitschek e Arturo Frondizi gozaram de certa convergência com relação a OPA (Operação Pan-Americana). No entanto, a aproximação entre esses países do continente se deu de forma diferente, estando de acordo com as subdivisões geopolíticas da América, em povos latinos e anglo-saxônicos. Isso é perceptível, por exemplo, nas relações mais próximas entre os Estados latino-americanos, por razões sociais, econômicas e culturais, as quais estes compartilham entre si, com economias mais interdependentes. Mas ainda assim, há um fluxo muito grande de relações com os países anglo-saxões, como os EUA. Dessa forma, tendo por base o nosso objeto, é possível analisar e identificar alguns pontos mais relevantes para com os países do continente.



Primeiro deve ser mencionado a orientação da CF de 1988, que determina em seu art. 4º a priorização pela “integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina” (BRASIL, 1988). Nesse sentido, ao retomar as noções propostas durante o discurso de posses dos ministros do MRE, é possível identificar que as ações do governo Temer buscaram seguir essa orientação, principalmente, ao estabelecer a Argentina como parceira estratégica. Para com o país, o presidente realizou três viagens oficiais a fim de estreitar laços e promover aproximação por meio do Mercosul. Outro relacionamento que o governo buscou aproximar foi com o Paraguai, para o qual Temer visitou duas vezes, sendo uma relâmpago, como parte do objetivo de intensificar e cumprir a agenda de integração e amizade com os vizinhos.

A aproximação entre os mandatários brasileiro, argentino e paraguaio rendeu o interesse cada vez mais evidente pelo desenvolvimento de maior integração regional dos países do Mercosul, bem como no desejo pela conclusão das negociações iniciadas com a União Europeia (UE) sobre o livre comércio. Contudo, ainda com os esforços e empenhos dos agentes estatais, a assinatura do acordo com o bloco europeu não obteve êxito durante o governo Temer, mas os negociadores propiciaram a consolidação de bases mais sólidas no processo. Nesse ponto, podemos remeter a periodização de Cervo (2003), que afirma que a partir de 2003, a

Ideologia subjacente ao paradigma do Estado logístico associa um elemento externo, o liberalismo, a outro interno, o desenvolvimentismo brasileiro. Funde a doutrina clássica do capitalismo com o estruturalismo latino-americano. Admite, portanto, manter-se na ordem do sistema ocidental, recentemente globalizado (CERVO, 2003).

Nesse sentido, o paradigma do Estado logístico se manifesta como uma espécie de conciliação do liberalismo com o desenvolvimentismo, de modo a utilizar dos instrumentos do liberais e da

globalização para a realização dos interesses do país. Com isso, as ações dos governos do Mercosul em relação ao acordo com a UE visaram os objetivos nacionais de cada Estado, principalmente, de seus setores econômicos internos que exerceram pressões, como os ligados a importações e exportações. Portanto, a ideologia presente no paradigma iniciado em 2003, foi utilizado com Temer para alcançar determinados objetivos, ao buscar relações mais estreitas com os países europeus. Todavia, é preciso se atentar para quem foram esses objetivos e benefícios tão procurados com o acordo, já que estes podem estar ou não alinhados ao desenvolvimento nacional.

Tratando da questão do multilateralismo com o Mercosul, foi durante o governo Temer que a Venezuela foi suspensa do bloco sob a alegação de “ruptura da ordem democrática” com o governo de Nicolás Maduro (BRASIL, 2017). A partir de 2016 que o Brasil e a Venezuela iniciaram um processo de intransigência entre governos devido a divergências político-ideológicas, levando a alteração do relacionamento entre os dois. A instabilidade no campo diplomático fez com que houvesse a troca de declarações oficiais, seja de repúdio ou em tom mais agressivo. Dessa forma, a primeira diretriz prometida por Serra e reafirmada por Aloysio em suas cerimônias de posse foram colocadas à prova ao não obterem êxito em relacionar pragmaticamente com o país e optar pelo afastamento por divergência de governos. Portanto, os padrões de conduta como pragmatismo, realismo e a retórica não-confrontacionista teorizados por Cervo (2008) são abandonados durante a implementação de tais ações.

Para com os EUA houve o seguimento da mesma narrativa defendida pelo governo estadunidense para com os países com carência de ordem democrática. Isso se torna mais evidente com a visita de Mike Pence (vice-presidente dos EUA) ao Brasil, em 2018, para a instituição de apoio aos imigrantes venezuelanos. O mesmo chegou a declarar “nós somos gratos pela forte liderança do Brasil

ao confrontar a crise na Venezuela” (MAZUI & CALGARO, 2018). Portanto, a partir da eleição de Donald Trump, o governo brasileiro e estadunidense intensificaram as ações de caráterpositor à crise política-institucional do país vizinho, com a finalidade de declarar a ilegitimidade a Maduro. Dessa forma, a política externa adotada por Temer se esvazia de independência ao assumir a agenda internacional norte-americana de inserção, e se apropria de uma posição de subordinação aos interesses das grandes forças do Sistema Internacional, principalmente dos Estados Unidos.

O governo também realizou uma visita ao Chile, em 2018, durante a posse do presidente Piñera e aproveitou o momento para discutir com os presidentes Macri (Argentina) e Pedro Pablo Kuczynski (Peru) sobre o estreitamento de relações entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico, com o interesse em novas alianças via o multilateralismo. Portanto, as ações para a América Latina durante o governo de Temer buscaram a integração regional via blocos econômicos, de forma a buscar atingir seus objetivos domésticos na esfera internacional reforçando neles as noções do liberalismo defendidas na posse dos ministros do MRE e do presidente.

### 4.3. África

O governo Lula consolidou uma agenda voltada para relações sul-sul que abarcam maior relevância aos países do continente africano. O governo de Dilma Rousseff já sinaliza uma mudança nessa agenda, ao realizar menos visitas aos países, bem como alterações de projetos de integração. Dessa forma, os indícios de rompimento com esses olhares para a região já começam a ser manifestados a partir de 2014 e com o impeachment se torna ainda mais evidente.

Para Oliveira e Mallmann (2019), essas mudanças já se iniciaram com o discurso de posse de Serra, ao afirmou que a política

externa brasileira durante sua gestão adotaria “uma ‘estratégia Sul-Sul correta’, que seria distinta das – e, em certo sentido, crítica às – iniciativas de aproximação e de reforço dos laços culturais vistas nos governos anteriores”. A visão do governo foi pautada na implementação da agenda neoliberal, buscando obter vantagens econômicas e comerciais, mesmo que isso auferisse subordinação de outros setores da sociedade. Nessa linha, para com os países africanos houve o retorno da visão do capitalismo predatório, levando ao afastamento não só da figura do Poder Executivo, mas do Itamaraty que realizava políticas públicas em parceria com estes países em prol do desenvolvimento de projetos em diversas áreas e da construção de relações políticas, comerciais e sociais mais estreitas.

Durante o governo Temer, realizou-se apenas duas visitas presidenciais ao continente, uma a Cabo Verde e outra à África do Sul, ocorridas no último ano de seu governo, em 2018. Todavia, nem mesmo essas buscaram algum objetivo político específico, mas sim apenas o cumprimento de agenda de compromissos internacionais. Portanto, o continente africano teve com o processo de impeachment uma perda das políticas integracionistas entre os continentes e os Estados que foram adotadas pelos governos anteriores, retornando a posição de recebimento de pouca ou nenhuma atenção.

#### 4.4. Europa

A inserção do Brasil no Sistema Internacional foi através de Portugal através do pacto colonial e mesmo com a Independência e com a formulação de políticas públicas próprias, Portugal continuou a determinar as questões políticas, sociais, comerciais e econômicas através da herança portuguesa, ou seja, de forma indireta. Dessa forma, pode-se dizer que depois do continente americano, o europeu seria aquele com maior atribuição de importância dentro da esfera

doméstica do Brasil. Pensando nessa questão, durante o governo de Temer houve grandes esforços para a conclusão do acordo de livre comércio via o multilateralismo através dos blocos do Mercosul e da UE. Nessa busca, o governo realizou três viagens presidenciais aos membros do bloco europeu, duas a Portugal e uma para a Alemanha. Desde a cerimônia de nomeação de Serra já se previa os passos que o governo realizaria para obter tais resultados, conforme foi proferido por ele

A troca de ofertas entre o Mercosul e a União Europeia será o ponto de partida para avançar na conclusão de um acordo comercial que promova maior expansão de comércio e de investimentos recíprocos, sem prejuízo aos legítimos interesses de diversos setores produtivos brasileiros. Como disse o ministro Mauro, houve a troca de ofertas, nós vamos agora examinar quais são as ofertas da União Europeia (BRASIL, 2016).

Nessa perspectiva, a base aliada do governo objetivou fechar o acordo com o bloco. Para Putnam (2010), a função de negociar na esfera internacional pode se dar por diferentes grupos, porém ele “é representado por um único líder ou ‘negociador-chefe’ e que esse indivíduo não tem preferências políticas independentes, mas que busca simplesmente encontrar um entendimento que será atrativo para suas bases”. Dessa forma, os interesses dos negociadores brasileiros era para com a grande oportunidade de aumentos dos intercâmbios comerciais, econômicos, financeiros e de pessoas entre os blocos. Além disso, um dos pontos mais importantes presentes na esfera do Poder Executivo e do MRE era para com a propaganda e o nome da assinatura presidencial no acordo, que elevaria o governo de Temer pela conclusão das negociações que iniciaram ao final do século XX. Portanto, para o grupo empenhado concluir o acordo com a UE, havia a questão dos interesses dos grupos de pressão, mas também do prestígio que o êxito do acordo daria ao governo.

Contudo, questões relativas à política doméstica afetaram claramente as negociações, reforçando a concepção de Putnam (2010) sobre a determinação dos fatores domésticos. O que ocorreu foi que os países da UE não sentiram-se confortáveis com a conduta do governo em relação à preservação ambiental, bem como pelas questões referentes ao processo de impeachment, onde os europeus adotaram o silêncio. Entre as principais atividades realizadas durante o governo Temer que tiveram grande impacto negativo na esfera internacional, segundo os dados de Imazon (2017) e InfoAmazonia (2019), foram as medidas provisórias propostas para redução das florestas protegidas e o aumento exponencial do desmatamento. A Noruega, que não faz parte do bloco, demonstrou seu descontentamento em relação a questão tecendo críticas ao governo para com a falta de controle ao desmatamento no país, deixando claro sua posição e acabou por adotar uma redução de 50% dos investimentos do Fundo Amazônia, segundo o Observatório do Clima.

Por outro lado, Temer queria demonstrar comprometimento com meio ambiente, por isso fez questão de, em seu primeiro ano de mandato, ratificar o Acordo de Paris, que havia sido assinado ainda durante o governo de Dilma, mas que não teve a homologação da jurisdição nacional. Com isso, o Brasil passa a ter o compromisso internacional de adotar medidas para conter o avanço das mudanças climáticas como a redução de emissões de gases do efeito estufa. Dessa forma, ao ratificar o acordo o governo sinalizou internacionalmente um avanço para com o meio ambiente, porém com o aumento do desmatamento no país demonstra uma clara divergência entre os seus compromissos internacionais e os seus interesses ao adotar políticas internas que negligenciaram a proteção ambiental.

Portanto, essas foram as questões que fizeram os países membros da UE resistirem na fase de assinatura do acordo com o Mercosul, como também levaram países fora do bloco a realizarem cortes

para a preservação das reservas ambientais no Brasil. Com isso, podemos remeter à ideia de Putnam (2010) sobre a natureza dos interesses dos grupos domésticos, já que se houvesse por trás das ações dos negociadores e dos formuladores da política exterior estratégias que buscassem conciliação das aspirações internas com as externas poderia haver o êxito na conclusão das negociações. Assim, é possível notar que a questão do embate foi a divergência entre as diretrizes com a prática das ações.

#### 4.5. Ásia

O mercado asiático sempre se mostrou promissor, não é à toa que durante o século XV Portugal e Espanha lançaram expedições marítimas objetivando obter uma nova rota de acesso, já que os turcos dominaram o Mediterrâneo. O interesse pelo relacionamento com esses países inicialmente foi pelos produtos exclusivos da região, depois foi adicionada a questão do populoso mercado consumidor. Dessa forma, compreendendo tais oportunidades econômicas e a oportunidade de superação de eventuais deficiências dos processos de colonização, o governo Lula buscou adotar um relacionamento mais estreito com o continente. Um dos mecanismos utilizados para tal foi o apoio à criação do BRICS, em 2006, abrangendo a Índia e a China, projetando um intercâmbio com metas mais ambiciosas.

Com a saída de Dilma e ascensão de Temer questionava-se qual seria a visão do governo para com o relacionamento e os arranjos jurídicos de cooperação em relação a Ásia. No discurso de Serra estabeleceu-se uma relação de prioridade para “com parceiros novos na Ásia, em particular a China, este grande fenômeno econômico do século XXI, e a Índia” (BRASIL, 2016). Portanto, por parte dos dirigentes da política externa do peemedebista houve um interesse na manutenção e ampliação de relações com os países, principalmente,

os emergentes, ainda que porventura houvesse divergências ideológicas. Isso demonstrou pragmatismo e realismo no relacionamento, que, em certo grau, não ocorreu na América Latina com a Venezuela.

Nessa perspectiva, a primeira viagem oficial do presidente foi para a China, em setembro de 2016, para a ocasião da reunião do G20. Temer aproveitou o compromisso multilateral para reunir-se com Xi Jinping, presidente chinês. Segundo a reportagem da BBC Brasil, Temer destacou que “é uma honra que a minha primeira visita ao exterior como presidente da República seja à China. E [fico] mais honrado ainda quando vejo em suas palavras a expressão dizendo de que nós já somos amigos. Tantas e tantas vezes nos encontramos” (SCHREIBER, 2016). Assim, é notório a satisfação do presidente brasileiro em ser recebido pelo presidente chinês que era muito ligado ao governo petista, significando, para Temer, uma oportunidade para estabelecer relações mais próximas. Em seu mandato houve apenas mais uma visita para a China, também restrita ao cumprimento de agenda multilateral, porém não realizou outras ações de caráter bilateral.

Para os outros países da Ásia, o presidente realizou uma visita à Índia para reunião com os BRICS, em outubro de 2016, aproveitando o espaço para apresentar o seu plano de governo, que já havia sido lançado ainda durante seu período como vice, em 2015, através do projeto “Uma Ponte para o Futuro”. Foi exposto a preocupação com combate as instabilidades financeiras, propondo um desenvolvimento econômico através de controle fiscal com cortes de gastos do Estado, reformas e limite de orçamento. Além disso, houve um abandono das discussões dos objetivos do Banco dos BRICS, criado em 2014, para financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento dos países emergentes. Portanto, o relacionamento com os países do continente foi restrito ao ter contato somente por meio de encontros previamente agendados.



## 5. Considerações finais

O objetivo desta pesquisa foi analisar a forma que a alteração da figura do Chefe de Estado alterou a formulação e as ações da política externa brasileira. Tendo por base que com essa mudança também houve uma transição da ideologia de neodesenvolvimentista para neoliberal, chegou-se alguns resultados que tangem, principalmente, o acumulado histórico. Após a aplicação dos métodos qualitativos e de revisões bibliográficas e documentais, compreendeu-se que a partir do processo de impeachment as ações externas do país modificaram substancialmente. Dessa forma, houve uma corroboração da hipótese levantada no início dessa investigação, a qual colocava que a partir de 2016 a política externa do Estado brasileiro de esvaziaria de estratégia. Isso pode ser explicado através das alterações realizadas tanto pelo presidente da República quanto pelo Itamaraty, onde as características da diplomacia iniciada em 2003 com o Estado logístico foram amenizadas ou retiradas da agenda do governo, como sugere Serra em seu discurso de posse. Portanto, com o processo de impeachment, a política externa, que é uma política pública, sofreu oscilações em suas características passando a impactar as formulações dos próximos anos, sendo compreendida como uma política muito mais ligada ao governo do que o Estado.

Nesse sentido, constatou-se um distanciamento da postura do Brasil no Sistema Internacional que foi adotada por governos anteriores, como o de Dilma e Lula. Podemos identificar isso, por exemplo, nas características dos padrões de conduta como a questão do estabelecimento de relações pragmáticas, busca por não intervenção e a solução pacífica de controvérsias, que embora estejam presentes nas diretrizes do governo de Temer, não foram aplicadas, já que com a Venezuela, escolhendo alinhar-se a narrativa dos EUA ao invés de adotar medidas propositivas e conciliatórias. Há também a questão do juridicismo, o qual o governo se propôs e com a assinatura do

Acordo de Paris sinalizou o compromisso com as obrigações internacionais em relação a defesa e preservação ambiental, mas ao não fornecer medidas eficientes para o combate ao desmatamento e das queimadas no país acabou por se ausentar de suas obrigações firmadas com os Estados signatários ao acordo.

Dessa forma, as políticas implementadas durante o governo de Michel Temer ao serem comparadas com os padrões de conduta da diplomacia brasileira se verifica um abandono, na maior parte do tempo, ou foram implementadas sem estratégia na esfera internacional. Assim, as diretrizes da política externa formuladas pelos grupos de interesse interno foram muito mais para dá sustentação, do que atingir os objetivos nacionais do Brasil. Portanto, com o processo de impeachment de Dilma, a inserção e atuação do Brasil se alterou, proporcionando impactos para os próximos anos. Com isso, as discussões realizadas por essa pesquisa apontam que, embora Temer pertencesse a base aliada do governo da presidenta, ao assumir o Poder Executivo não implementou políticas semelhantes a dela, ao contrário, para o âmbito externo se sinalizou um rompimento com determinados padrões da diplomacia do país. Portanto, os fatores domésticos foram determinantes na condução e posição do Brasil no Sistema Internacional durante o período de 2016 a 2018.

## Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa de 1988. [2016]. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 15/03/2021.

BRASIL. Discurso do ministro José Serra por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de ministro das relações exteriores. 2016. Disponível em: <[https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-)

## 1114 Governo Temer: o início do esvaziamento estratégico da política externa brasileira (2016-2018)

[cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016](#)>. Acesso em: 15/03/2021.

BRASIL. Decisão sobre a suspensão da República Bolivariana da Venezuela do Mercosul em aplicação do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul. 2017. Disponível em: <[https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-do-mercosul-em-aplicacao-do-protocolo-de-ushuaia-sobre-compromisso-democratico](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-do-mercosul-em-aplicacao-do-protocolo-de-ushuaia-sobre-compromisso-democratico)>. Acesso em: 15/03/2021.

BRASIL. Texto-base para o discurso de posse do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira. 2017. Disponível em: <[https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/texto-base-para-o-discurso-de-posse-do-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-aloyisio-nunes-ferreira-palacio-itamaraty-7-de-marco-de-2017](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/texto-base-para-o-discurso-de-posse-do-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-aloyisio-nunes-ferreira-palacio-itamaraty-7-de-marco-de-2017)>. Acesso em: 15/03/2021.

BRASIL. Uma ponte para o futuro. Fundação Ulysses Guimarães, 2015. Disponível em: <<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>>. Acesso em: 15/03/2021.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. 4ª ed. Brasília: UNB, 2011.

CERVO, Amado Luiz. Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros. 1ª ed. Saraiva, 2008.

CERVO, Amado Luiz. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. Revista Brasileira de Política Internacional, vol.46, n.2, pp.5-25, 2003.

IMAZON. Carta aberta: Pedido de veto às Medidas Provisórias 756 e 758 que reduzem a proteção florestal no Brasil. Imazon, 2017. Disponível em: <<https://imazon.org.br/imprensa/carta-aberta-pedido-de-veto-as-medidas-provisorias-756-e-758-que-reduzem-a-protecao-florestal-no-brasil>>. Acesso em: 15/03/2021.

INFOAMAZONIA. Amazônia perdeu uma cidade de São Paulo nos últimos meses de 2018. InfoAmazonia, 2019. Disponível em: <<https://infoamazonia.org/2019/01/29/portugues-amazonia-perdeu-uma-cidade-de-sao-paulo-nos-ultimos-meses-de-2018/>>. Acesso em: 15/03/2021.

JUNIOR, Pedro Wilson Oliveira da Costa. Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo, de Claudio Katz. Revista de Ciências Sociais: STF, Poder Judiciário e Política, Fortaleza, v.49, 2018.

MAZUI, Guilherme; CALGARO, Fernanda. Vice de Trump diz a Temer que EUA estão “firmemente” ao lado do Brasil nos esforços para “restaurar a democracia” na Venezuela. G1, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/temer-recebe-vice-de-trump-no-planalto-e-discute-situacao-de-criancas-brasileiras-separadas-dos-pais-nos-eua.ghtml>>. Acesso em: 15/03/2021.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de; MALLMANN, Vinicius Henrique. Rupturas e continuidades na política externa brasileira para a África no século XXI. X Congresso Latinoamericano de Ciencia Política, de la Asociación Latinoamericana de Ciencias Políticas (ALACIP), 2019.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta Brasil, 2019.

PUTNAM, Robert D.. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. Revista de Sociologia e Política, vol.18, n.36, pp.147-174, 2010.

RANDIG, Rodrigo Wiese. Argentina, primeiro país a reconhecer a Independência do Brasil. Caderno do Centro de História e Documentação Diplomática, n.31.: 501-524, 2017.

REIS, Fábio Wanderley. Eleição de 2014: “país dividido” e questão social. Em Debate, v.6, n.6, p. 8 - 16, 2014.

RODRIGUES, Sabrina. Noruega corta 50% do Fundo Amazônia, e Sarney entrega desmatamento a Deus. Observatório do Clima, 2017. Disponível em: <<https://www.oc.eco.br/noruega-corta-50-fundo-amazonia-e-sarney-entrega-desmate-deus/>>. Acesso em: 15/03/2021.

## 1116 Governo Temer: o início do esvaziamento estratégico da política externa brasileira (2016-2018)

SADI, Andréia. Leia a íntegra da carta enviada pelo vice Michel Temer a Dilma. G1, 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/leia-integra-da-carta-enviada-pelo-vice-michel-temer-dilma.html>>. Acesso em: 15/03/2021.

SCHREIBER, Mariana. Na China para G20, Temer destaca “longa amizade” com líder chinês. BBC News Brasil, 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37257767>>. Acesso em: 15/03/2021.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. O Brasil e a História das Relações Internacionais. Revista Esboços, Florianópolis, v. 21, n. 32, p. 18-40, 2015.

### Sobre a autora

#### Maria Eduarda Xavier Vilella

Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa, campus Sant’Ana do Livramento, e membra do Núcleo de Análise de Política Externa Brasileira e do Grupo de Estudos Estratégicos Latino-Americanos. E-mail: mariaeduardaxaviervilella@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3552-4309>.

